

A questão étnico-racial nas páginas da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo

Silene Ferreira Claro¹

FFLCH-USP

silene.claro@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Este artigo é uma continuidade de análises, que tiveram como objeto e fonte, ao mesmo tempo, a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (RAM). A pesquisa, iniciada ainda durante os anos de Iniciação Científica, ainda na década de 1990, se desdobrou e tese de doutorado, concluída em 2008. A reflexão desenvolvida na fase do doutoramento, teve como ponto de partida a ideia de que a RAM teria ocupado, até meados do século XX, um espaço de divulgação do conhecimento científico de um grande grupo de intelectuais. A partir da década de 1950, em especial, surgiram várias revistas acadêmicas, especializadas por campos, que deram vazão às pesquisas até então realizadas, esvaziando as páginas da RAM.

Nosso trabalho debruçou-se sobre o perfil das discussões desenvolvidas por aqueles pensadores e as instituições às quais eles estavam ligados, conforme indicaremos no corpo deste texto. O trabalho concluído em 2008 demonstrou que o estudo da revista era muito rico e continha muitos temas que, durante a pesquisa, não tivemos fôlego para abordar. Desde então, portanto, procuramos olhar com mais vagar os vários assuntos e possibilidades de novas análises que se destacaram, estabelecendo recortes que nos possibilitem conhecer um pouco melhor aquele caleidoscópio de conhecimentos. Dentre as várias possibilidades, este artigo procura contemplar uma que, ainda durante a pesquisa, nos chamava a atenção: as

¹ Pós-Doutora em História pela FFLCH-USP (2016). Doutora (Doutorado Direto) em História Social pela FFLCH-USP (2008). Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (1999) e graduação em Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo (1999). Coordenação e Docência em Curso de Licenciatura em História, São Paulo - SP. Atualmente Docente no Curso de Pedagogia nas Faculdades Integradas Campos Salles, na mesma cidade. Experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, Historiografia e História do Brasil Contemporâneo, África e cultura Afro-brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, cultura brasileira, história cultural, didática do ensino de História e uso de tecnologias na e para a educação. Autora colaboradora em editoras e revistas acadêmicas. Docente na Educação Básica desde 2001.

questões étnico raciais e as soluções apresentadas pelas elites – intelectuais e dirigentes – de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Durante as primeiras décadas do século XX, a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo - RAM, cumpriu o papel de um veículo de divulgação de produção científica, realizada por pesquisadores ligados a três instituições: Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL) e do Departamento de Cultura (DC), da Prefeitura de São Paulo.

Estas três instituições, bastante diferentes entre si e com objetivos distintos e, pode-se dizer, complementares para veiculação de propósitos da elite paulista, durante a década de 1930, apeada das decisões políticas e econômicas do país. A ELSP, o DC e a FFCL foram espaço de atuação de vários intelectuais e outros profissionais, brasileiros e estrangeiros, que tentavam, cada um a seu modo, repensar o Brasil e oferecer soluções para várias das questões colocadas.

A ELSP tinha como principal função a formação de quadro técnico-administrativo para exercício de funções de alto comando no poder público em São Paulo. A FFCL foi criada para formar o professorado, que deveria atuar nas escolas públicas. Por fim, o DC tinha a função de tornar público, inicialmente, os documentos do Arquivo Municipal de São Paulo, criado por Washington Luís que, com a chegada de uma parte dos Modernistas ao departamento, gradativamente o mesmo transformou-se e passou a ser o catalisador das ideias, práticas e políticas pensadas para a cidade de São Paulo.

inúmeros empreendimentos culturais na década de 30. Ao invés de se darem conta da emergência de demandas sociais que haviam sido represadas por falta de canais de expressão e participação, os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural e, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de novos instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, o Departamento Municipal de Cultura, são iniciativas que se inscrevem nesse projeto. (MICELI, 1979, p. 20-21).

Assim, a RAM transformou-se em uma revista científica, dentro dos parâmetros e possibilidades da época, na qual as discussões daqueles intelectuais eram difundidas. Tornou-se, também, espaço de debate entre ideias divergentes, que passam desde temas

como educação, vida e moradia na cidade, posicionamento entre modernização e tradição e, em especial, bem no clima das discussões eugenistas, durante as décadas de 1930 e 1940, a composição racial do povo brasileiro, com destaque para o paulista.

Acerca deste assunto, podemos acompanhar, através dos textos publicados na RAM, avaliações sobre a influência dos ciganos, dos imigrantes, especialmente portugueses, sobre a cultura brasileira. Por outro lado, encontramos resultados de pesquisas realizadas por antropólogos, especialmente estrangeiros, sobre os costumes das populações indígenas. [...]

Desta forma, ao tornar-se uma espécie de porta-voz da intelectualidade paulista e difundir os propósitos [dentro de pressupostos científicos] daquelas três instituições, podemos observar como as questões étnico-raciais, [...], era[m] recebida[s] e debatida[s], [...]. Assim, este trabalho procura analisar as ideias [...] ideia de nação - e como elas circulavam entre a elite intelectual e dirigente de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. (CLARO, 2017, p. 10-11)

A PROBLEMÁTICA DA POPULAÇÃO NA NAÇÃO BRASILEIRA

A ideia de nação, foi, durante as primeiras décadas do século XX, um tema de grande importância e perseguida por boa parte da intelectualidade brasileira, assim como objetivo daqueles que assumiram o comando político do país. Tratava-se, então, especialmente a partir da década de 1930, de conduzir o Brasil à condição de Estado-Nação conforme a modernidade havia concebido. Para atingir tais objetivos, a diretriz estabelecida foi a de uniformizar a chamada “raça brasileira”. As teorias raciais, ditas científicas, assim como as propostas higienistas e sanitaristas eram importante aporte das elites.

O Brasil, saído do sistema escravista, era um país arcaico e com imensas dificuldades para inserir-se no capitalismo liberal e constituir-se em Estado Moderno. Para atingir tais objetivos, precisava organizar-se, política e economicamente. Para as elites, um dos grandes empecilhos para que o país adentrasse na modernidade, dentro dos moldes do capitalismo liberal, era a própria população brasileira, marcada pela mestiçagem.

O pensamento liberal político nacional nasceu calcado na propriedade rural e na escravização. O liberalismo do século XIX, ainda que por vezes considerado “fora de lugar”, redefiniu-se na sociedade brasileira que estava reformulando o Estado. O programa político liberal brasileiro (na sua corrente mais conservadora) transplantou as instituições liberais — típicas da Europa e dos Estados Unidos — para uma sociedade de oligarquias políticas [...] que assumia um Estado visto por esses liberais como ineficiente e corrupto. Somente via o autoritarismo, alcançaríamos a modernidade.

O tema da modernidade tem ocupado o imaginário nacional desde o século XIX, sempre tentando investigar como estão os brasileiros em relação ao mundo civilizado. Ainda que moderno, significasse para o brasileiro do século XIX o domínio da natureza e a instalação de uma ordem liberal, com técnicas e indústrias. [...]

Nesse sentido, houve no Brasil do século XIX uma preocupação em ingressar no universo liberal moderno. [...]. No entanto, nas duas últimas décadas do século XIX, mesmo com a abolição da escravidão e com a instituição da República, o liberalismo nacional estava longe do projeto de modernidade alavancado pelas revoluções burguesas europeias. [...] A República nascia com a marca do autoritarismo. (SANTANA; SANTOS, 2016, p. 29)

Desde o século XIX, a questão da escravidão era um ponto de reflexão das elites brasileiras e a abolição colocava um problema para a nação: o problema do negro (AZEVEDO, 1987). A questão indígena já estava “tecnicamente” resolvida, à medida em que houve, ainda naquele século, a construção, romântica, de uma representação do indígena amigo, em oposição ao índio inimigo (MONTEIRO, 2001). Havia a necessidade de interpretar e, principalmente, construir a identidade a identidade nacional.

Durante o século XIX, as teorias raciais foram fortes influenciadoras da compreensão da realidade brasileira. A questão da mestiçagem, seus benefícios e malefícios, foi amplamente debatida entre as elites brasileiras, durante os movimentos de supressão da escravidão. No século XX ocorreu uma mudança nessa perspectiva.

A década de 1930 foi marcada pela reformulação da interpretação da história nacional, antes fortemente alicerçada sobre os postulados raciais e que agora começava a ser analisada pelo viés cultural e cada vez menos o racial. A mestiçagem, antes vista como um mal em potencial, cuja prática ora era condenada (RODRIGUES, 2008), ora era pontuada (GOBINEAU, 1853), ora era incentivada se devidamente direcionada (LACERDA, 1912), passou a ser revista de forma que as condenações antes proferidas em decorrência da crença da degenerescência dos mestiços foram refutadas e o Brasil passou de nação fadada ao fracasso para nação possível. O decênio citado foi o período no qual houve uma positividade não só da mestiçagem, como também dos elementos culturais negro, principalmente. Como afirmou Schwarcz (1995, p. 56-57) “a partir desse momento, o ‘mestiço vira nacional’, paralelamente a um processo crescente de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto”. (TAMANO, 2013, p. 85-86)

Este processo de “desafricanização”, conforme Moreira e Candau (2008) marcam a sociedade brasileira até os dias atuais. Trata-se da elevação, por exemplo, da feijoada a prato nacional; da popularização do samba; da escolha de Nossa Senhora Aparecida (negra) como padroeira do Brasil. Além disso, a questão da capoeira, cujo debate fica, muitas vezes em torno da ideia de dança ou luta. Tratar a capoeira como dança é uma forma de despolitizar

uma manifestação de resistência escrava, além de negar-lhe os elementos rituais religiosos. Desta forma, ocorreu um branqueamento destas manifestações, uma forma de enfrentar as questões raciais negando o racismo, contribuindo para o fortalecimento da ideia de democracia racial.

As discussões acerca do mestiço, do negro, da mestiçagem e da raça, na eterna busca pela identidade nacional, foram cruciais nestes anos de 1930. Os novos estudos, muitos rubricados por Boas, buscava separar o par raça-cultura e provar a inexistência da tese da degeneração advinda da prática da mestiçagem, bem como da divisão das raças em superiores e inferiores. (TAMANO, 2013, p. 86)

Através da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, a RAM, podemos observar como, a partir de 1934, os estudos científicos das três instituições às quais ela este ligada – ELSP, DC E FFCL-USP – subsidiaram as reflexões de seus colaboradores, assim como as decisões das autoridades políticas.

E, falando de questões populacionais, a RAM apresenta vários artigos que procuram avaliar os vários tipos étnicos que habitavam a cidade de São Paulo, tais como imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, ciganos, classe operária, negros e mulatos. Além das condições de vida de cada grupo, é possível, também, analisar as suas expressões culturais e linguísticas, como aparece em vários artigos da revista.

Outra temática que aparece nas páginas da RAM refere-se às utilizações de conceitos e procedimentos eugenistas. Lembrando que estudamos o período em que tais propostas eram aplicadas na Europa, consideramos importante acompanhar o desenrolar no Brasil. Identificamos que tais propostas estiveram na organização administrativas e criação de vários institutos de ensino superior que despontaram naquele momento. Assim, pesquisar o teor de tais conceitos e procedimentos, a influência que exerceu sobre os formadores e administradores de São Paulo, além da observação sobre sua permanência ou não, pode ser fundamental para a compreensão do nosso presente. (CLARO, 2017, p. 10-11)

Este é um campo importante de pesquisa: a análise de como as teorias eugenistas estiveram presentes e pautaram as decisões administrativas em São Paulo. O setor educacional, em especial o da Educação Infantil, recebeu grande atenção de tais teorias, especialmente porque se pensava, de uma forma ou de outra, em garantir que os filhos dos operários, quer fosse imigrantes, quer fossem migrantes, estivessem adequadamente inseridos e, principalmente, fossem capazes de responder, às necessidades do

desenvolvimento da nação brasileira, tornando-se mão de obra qualificada para o projeto de industrialização do país².

Para a análise contida neste artigo, optamos por avaliar as questões étnico raciais comparando, durante o período estudado (1934-1950), as discussões acerca da questão indígena e da africana apenas. Procura-se, assim, identificar como as elites encaminharam, através da RAM, as questões da mestiçagem na configuração da sociedade brasileira.

Da pesquisa inicial, que deu origem ao nosso doutorado, quando levantamos todos os artigos, e demais textos, publicados ao longo de dezesseis anos, fizemos um recorte, escolhendo apenas os títulos que abordam as questões étnico-raciais, privilegiando as temáticas acima apontadas. Levantamos, assim, um total de 233 textos, que foram classificados em três categorias: temática indígena; temática africana e afro-brasileira e outros temas. Podemos observar a distribuição dos temas através do gráfico abaixo.

GRÁFICO 1

² Para conhecer um pouco as questões ligadas à educação, na década de 1930, em São Paulo, sugiro a leitura de: BARBATO Jr., Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. FARIA, Ana Lúcia Goulart. *Direito à infância: Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935 – 1938)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1993. FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *Na rua, a “troça”, no parque, a troca: (Os Parques Infantis da cidade de São Paulo na década de 1930)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2002. OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. *Colonizadores do futuro cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, 1935-1938*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais apresentada na PUC-SP, São Paulo: 1995. RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. Nas páginas da RAM, o autor Nicanor Miranda dedicou vários artigos à questão da Educação. Para ter acesso ao catálogo das obras levantadas, entre 1934 e 1950, ver CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória - 1934-1950)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09022009-164245/Acesso em: 2013-06-15>.



Os temas abordados são desenvolvidos por sessenta autores, ligados às três instituições paulistas apontadas anteriormente. Percebemos que há a predominância da temática indígena durante o período pesquisado. Tal questão carece de aprofundamento, entretanto, um ponto inicial a ser destacado é a influência da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), criada em 1936, por Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, após a finalização de um curso ministrado por Dina Levi-Strauss.

Dentro desse contexto, e num trabalho intenso no campo de atuação que se abria, Mário de Andrade vislumbrou a possibilidade de, cientificamente, estruturar, abrir caminho, para a preservação e recuperação das manifestações populares, com a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, contando para tanto com as idéias inovadoras do casal Lévi-Strauss, e a colaboração de Arthur Ramos, Edmundo Krug, entre outros.

Em abril de 1936, Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, instituiu um curso de Etnografia, ministrado por Dina Lévi-Strauss, que tinha sido assistente no Musée de L'Homme, em Paris. Esse curso, organizado sob bases eminentemente práticas, teve como objetivo a formação de folcloristas para trabalhos de campo.

[...]

Em 4 de novembro de 1936, durante almoço de despedida de Dina Lévi-Strauss, Mário de Andrade propõe, em homenagem a ela, a criação do Clube de Etnografia, que seria o primeiro em São Paulo e no Brasil. [...] Durante as primeiras discussões sobre os objetivos e denominação, o primitivo Clube de Etnografia passa a denominar-se Sociedade de Etnografia e Folclore, tendo por finalidade “orientar, promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”. (SHIMABUKURO; AZEVEDO; CARNEIRO; BOTANI, 1993).

Analisando a lista dos integrantes da SEF, podemos identificar muitos autores dos textos levantados neste artigo, assim como da RAM durante o período estudado. Da mesma forma, encontramos como colaboradores estrangeiros, que vieram ao Brasil para ministrar

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

aulas na ELSP e na FFCL-USP. Observamos que há um paralelo entre as tendências do governo central, então sob a égide de Getúlio Vargas, e as pesquisas acerca dos povos indígenas por parte dos intelectuais que atuavam em São Paulo. Por outro lado, apesar desta aproximação inicial, podemos identificar perspectivas diferentes. Este assunto merece ser aprofundado oportunamente, levando-se em conta a rivalidade instalada entre o Estado de São Paulo e o governo Vargas, após a “Revolução de 1930”, acirrada pelo levante de 1932.

TABELA 1: AUTORES QUE PUBLICARAM SOBRE QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS

	Autor	Artigos	TEMA
1	A. Lemos Barbosa	2	Indígena
2	A. Loureiro de Souza	1	Afro
3	Aires da Mata Machado Filho	4	Afro
4	Aluisio de Azevedo	1	Indígena
5	Aníbal Matos	1	Indígena
6	Anita Seppilli	1	Afro
7	Antonio Paulino de Almeida	2	Indígena
8	Antonio Serrano	1	Indígena
9	Arthur Ramos	6	Afro
10	Aydano do Couto Ferraz	3	Afro
11	Bierrenbach Lima	1	Indígena
12	Cândido Mariano da Silva Rondon	2	Afro/Indígena
13	Cassiano Ricardo	1	Afro
14	Chestmír Loukotka	2	Indígena
15	Ciro T. de Pádua	1	Afro
16	Claude Lévi-Strauss	2	Indígena
17	Dalmo Belfort de Mattos	2	Afro/Indígena
18	Donald Pierson, Ph. D.	6	Afro
19	Dorival Teixeira Vieira	1	Indígena
20	Edison Carneiro	3	Afro
21	Enzo da Silveira	1	Indígena
22	Florestan Fernandes	2	Indígena
23	Francisco S. G. Schaden	2	Indígena
24	Fritz Krause*	29	Indígena
25	Gioconda Mussolini	1	Indígena
26	Günter Tessmann	1	Indígena
27	Harald Schultz	2	Indígena

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

28	Herbert Baldus*	38	Indígena
29	J. Davi Jorge	1	Indígena
30	J. H. Meirelles Teixeira	1	Indígena
31	J. J. Machado d'Oliveira	1	Indígena
32	J. Vellard	1	Indígena
33	Jenny Dreyfus	1	Indígena
34	João Dornas Filho	2	Afro
35	Joaquim Branco	9	Indígena
36	Jorge Amado	1	Afro
37	José Anthero Pereira Júnior	4	Indígena
38	Juan Francisco Recalde	3	Indígena
39	Karl von den Steinen*	25	Indígena
40	Lourdes de Andrade Toledo	1	Indígena
41	M. L. de Paula Martins	1	Indígena
42	Manuel Cruz	5	Indígena
43	Marina Vasconcellos	1	Indígena
44	Mário Miranda rosa	1	Indígena
45	Melville J. Herskovits	1	Afro
46	Nicanor Miranda	1	Outros
47	Noel Carlos dos Santos	2	Indígena
48	Oscar Egídio de Araújo	1	Outros
49	Otoniel Mota	1	Indígena
50	Pedro Calmon	1	Afro
51	Phil Tihamér Szaffka	1	Indígena
52	Plínio Ayrosa*	21	3 Afro 18 Indígena
53	Ruy Tibiriçá*	19	Indígena
54	Rafael Paula Souza	1	Indígena
55	Renato Almeida	1	Afro
56	Roger Bastide	4	Afro
57	Samuel H. Lowrie	1	Afro
58	Sebastião Almeida de Oliveira	1	Outros
59	Thales de Azevedo	2	Afro/Indígena
60	Valter G. Kempf, Frei, O. F.M.	1	Indígena

* Estes autores publicaram seus livros em capítulos divididos em diversos números da RAM.

Analisando a Tabela 1, podemos ter uma noção dos autores e quais temáticas cada um deles desenvolveu, para a RAM, durante o período estudado. Já observamos que a maior parte dos textos são ligados à temática indígena. Agora, nos resta, apenas, levantar algumas questões sobre a temática africana e afro-brasileira que, infelizmente, não pode ser desenvolvida no espaço deste artigo.

Para melhor compreensão é importante avaliar o contexto em que tal produção está inserido, de desenvolvimento e fortalecimento da teoria da democracia racial. É importante destacar as filiações e ligações da temática.

Se os estudos sobre mestiçagem, raça e identidade nacional, estavam em curso no país de forma mais intensa nos anos de 1930, o negro não poderia ficar de fora. Assim, sua cultura material e imaterial passou a ser pesquisada e escrita. [...]

Neste cenário uma quantidade significativa de livros, artigos de jornais e revistas, bem como eventos surgiu no país, com publicações variadas sobre os negros: sua religião, música, literatura, cultura. Os dois Congressos Afro-Brasileiros estão inseridos nesta conjuntura. O primeiro data de 1934 e foi realizado em Recife sob a organização de Gilberto Freyre; já o segundo foi realizado em Salvador no ano de 1937, sob a coordenação de Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz. Estes dois eventos marcaram tanto a ênfase sobre os estudos do negro, ou, como era concebido na época, do problema do negro, quanto à disputa pela hegemonia em tais estudos, levada a cabo pelos grupos de Recife e Bahia.

Capitaneados por Arthur Ramos, o grupo baiano ou Escola Nina Rodrigues, formado ainda por Afrânio Peixoto, Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz, se diziam discípulos do médico/antropólogo maranhense que nomeava a Escola, continuadores de suas pesquisas acerca do negro no Brasil e responsáveis pela retomada do assunto e dos trabalhos do referido médico. [...] O nome e figura de Nina foram motivos de disputas entre os dois grupos supracitados, uma vez que foi um dos pioneiros na pesquisa (inclusive de campo) sobre tal assunto. A Escola surgia como um nome forte, que mantinha ligação, mais do que isso, filiação, com os estudos de Nina, demontando uma tradição nesses estudos. Portanto, a disputa era, sobretudo, para delimitar fronteiras, estabelecer filiações de pesquisa/estudo/sistematização sobre o negro no Brasil, bem como fundamentar quem eram as referências, autoridades no assunto no país.

[...]

Tanto o I quanto o II Congresso contou com a participação de respeitados nomes nacionais e internacionais, tenha sido por meio de apoio prestado, publicações, envio de trabalhos ou presença física no evento. Assim, nomes como Roger Bastide, Melville Herskovits (que mandou trabalhos para ambos os eventos), Donald Pierson, entre outros, se fizeram presentes nas reuniões. A presença de membros das religiões de matriz africana foi marcante nos dois eventos. No Congresso de Recife, Freyre enfatizava o não exclusivismo acadêmico, buscando a participação de populares. Porém, o sociólogo pernambucano, conforme Silva (2010), só veio a destacar tais participações quando soube da realização do Congresso de Salvador, buscando demonstrar que o Congresso de Recife valorizou tais presenças. *Já o evento de Salvador procurou ser rigorosamente científico.* Outro fato que exemplifica bem as tensões entre baianos e pernambucanos, brigando pela hegemonia no assunto, foi a realização do II Congresso apenas três anos depois do I. (TAMANO, 2013, p. 86-88, *grifos nossos*)

Podemos observar que, entre os nomes dos intelectuais que compareceram aos dois congressos, encontramos muitos dos autores que contribuíram, ao longo do período pesquisado, com seus artigos para a RAM. Além disso, é possível perceber a relação dos mesmos com a SEF, já anteriormente citada. Levantamos, aqui, a questão da relação destes autores com a RAM pela possibilidade de espaço científico que a mesma oferecia, na época

em questão. Buscava-se, assim, uma distinção entre os discursos políticos, que proliferam pelo país, por uma categorização científica que, suas ligações e filiações poderiam garantir. (CLARO, 2014; CLARO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade nacional produzida pelo ideário do branqueamento social, em meados do século XIX e começo do XX, está presente ainda hoje na sociedade brasileira e produziu uma memória do branqueamento a ser aqui discutido a partir do fenômeno da crença na miscigenação como produto natural do povo brasileiro. *Esse pensamento apresenta como uma das consequências o não enfrentamento social do racismo.* Parece-nos que tudo que é social e historicamente construído, no Brasil, é pensado como natural e inerente às relações sociais. (SANTANA; SANTOS, 2016, p. 29, *grifos nossos*)

Esta reflexão, que se pretende introdutória, procura avaliar a ambiguidade entre as propostas das elites paulistas, de darem continuidade ao projeto de vanguarda, iniciado na década de 1920, com os Modernistas. Aliás, não foi por acaso que muitos deles assumiram cargos públicos, quer seja em São Paulo, como o próprio Mário de Andrade, quer seja em nível federal, como se deu com Carlos Drummond de Andrade. Arriscamos indicar que havia a concorrência entre os grupos, para saber qual era mais vanguardista. Entretanto, podemos perceber que, apesar de todo projeto de interpretação do país, de reconhecimento da brasilidade, a ideia de democracia racial estava presente em todas as interpretações.

O redescobrimento do Brasil pode ser registrado na própria sucessão das produções historiográficas posteriores à Revolução de 1930. A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira – já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista, de outro. (MOTA, 1994, p. 27-28).

Por outro lado, estes intelectuais que desfilaram seus artigos pela RAM foram, de certa forma, responsáveis pelo sucesso da divulgação do mito da democracia racial, que tanto atraiu a atenção dos povos, especialmente após o final da Segunda Guerra Mundial, o que teria desencadeado os interesses da UNESCO que, na década de 1950 instalou, no Brasil, uma pesquisa, sob a orientação de Roger Bastide, para a compreensão de como o Brasil se tornara uma democracia racial. A partir de então o mito passou a ser questionado e passado a limpo. A questão étnico racial, em sua matriz africana, caminhou conjuntamente com o

desenvolvimento do campo da Antropologia, desde sua vertente física até atingir sua porção social. A atuação dos membros da Sociedade de Etnografia e Folclore, em especial de Arthur Ramos, poderá nos dar melhor compreensão desta trajetória e, ajudar a esclarecer como essa passagem fortaleceu o mito da democracia racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Onda negro, medo branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CLARO, Silene Ferreira. Especialização do campo da História. 1. ed. Saarbrücken, Germany: Novas Edições Acadêmicas, 2014, v. 1, p. 368.
- CLARO, Silene Ferreira. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço de construção da nova identidade paulista após 1932. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – Anpuh – São Paulo, 2006, Assis. XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo, 2006.
- CLARO, Silene Ferreira. O Campo do Historiador na Revista do Arquivo Municipal. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- CLARO, Silene Ferreira. São Paulo e suas questões expressas nas páginas da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. In: XXIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – Anpuh – Brasília, 2017.
- FIUZA, Denis Henrique. A Propaganda da Eugenia no Brasil: Renato Kehl e a implantação do racismo científico no Brasil a partir da obra “Lições de Eugenia”. Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 85-107, Dez. 2016.
- LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política, in: MICELI, Sérgio (org.) - História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, Vol. 1, pp.217-233.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELLI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945), São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência, 2001.
- MORAES, Eduardo Jardim de. A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974. Pontos de partida para uma revisão histórica. 9ª. ed., 3ª. impressão. São Paulo: Ática, 1994, pp.I-109, (Ensaio, 30).
- RUBINO, Silvana. Clube de Pesquisadores: A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia, in: MICELI, Sérgio (org.) - História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Ed. Sumaré-FAPESP, 1995, Vol. 2, pp. 479-521.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudios Sociales*, núm. 58, 2016. Universidad de Los Andes.

Nara M. C. Santana y Ricardo Augusto dos Santos

SHIMABUKURO, Elizabete H.; AZEVEDO, José Eduardo; CARNEIRO, Zélia Maria Ramos; BOTANI, Aparecida Sales Linares. *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore Discoteca Oneyda Alvarenga*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo - Série Catálogo Acervo Histórico, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As Idéias Eugênicas No Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

TAMANO, Luana Tiek Omena. O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940. *Crítica Histórica*. v. 4, n. 8 (2013) Dossiê História, Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais. Disponível: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/issue/view/218> (acesso 10/07/2019).

VALENTINI, Luísa. *Um laboratório antropológico: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Levi-Strauss (1935-1938)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.